

DISCURSO POLÍTICO, FICÇÃO E “OUTROS MUNDOS POSSÍVEIS”

William Augusto de MENEZES*

RESUMO: O presente artigo discute a constituição do discurso político contemporâneo, as suas funções e finalidades, bem como as suas interações com discursos de “outros mundos possíveis”. O sintagma “outros mundos possíveis” possibilita-nos duas tomadas de posição: uma, comometáfora a partir da teoria dos “mudos possíveis”, de J. Hintikka (1973), para perceber a discursividade política na relação com o mito, a ficção e as –topias– (utopia, antiutopia e heterotropia) e a outra, numa extensão da metáfora aos movimentos sociais organizados em torno do Fórum Social Mundial e do slogan da constituição de “outros mundos possíveis” como alternativas política, social e econômica, para perceber a estruturação dessa produção discursiva política. Do ponto de vista da *Análise do Discurso*, a pesquisa tem como ponto de partida alguns postulados da Teoria Semiolingüística de Patrick Charaudeau (1997), e da Retórica Aristotélica, que contribuem na compreensão do que vem a ser uma competência político-discursiva dos sujeitos, distribuídos nos múltiplos espaços estruturais de organização do discurso político.

Palavras-chave: Discurso Político Contemporâneo; Discurso Político e Ficção; Discurso Político e Mito; Discurso Político e –topias.

A seguir, apresentaremos uma reflexão sobre o discurso político contemporâneo, situando-o num quadro de funções e finalidades que orientam as interações neste campo. Acompanhando Charaudeau (1997), postularemos que os participantes desse discurso desenvolvem uma competência própria ao domínio de prática social, enquanto sujeitos capazes de identificar e desempenhar *representações de comunicação, representações de ação e representações semiolingüísticas* mais adequadas aos processos em pauta. Essa competência – que se manifesta na medida em que o sujeito, ser individual e coletivo, identifica os eventos, desempenha papéis no jogo enunciativo e age no espaço da política – pode ser sintetizada como objeto de uma memória político-discursiva¹ que se

* Doutor em Estudos Lingüísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Adjunto da Universidade Federal de Ouro Preto. williamenezes@hotmail.com

¹ Segundo Charaudeau (1997), essa memória fundamenta a possibilidade de identificação genérica e apresenta-se em três dimensões complementares: uma *memória dos discursos*, na qual são partilhados os saberes de conhecimento e de crença sobre o mundo, como os sistemas de valores, julgamos morais e representações axiológicas comuns; uma *memória das situações de comunicação*, na identificação de dispositivos que normatizam as trocas comunicativas e as suas condições de realização; uma *memória das formas de signos*, que diz respeito ao reconhecimento e o uso no cotidiano, de acordo com as finalidades comunicacionais.

dá pelo reconhecimento específico do gênero e pela interação deste com a discursividade produzida em outros domínios. No limite deste artigo, daremos um enfoque especial à relação desta “tipologia” com o que chamaremos “outros mundos possíveis”.²

O sintagma “outros mundos possíveis” parece-nos providencial num duplo aspecto. Ele permite, por um lado, o resgate metafórico da teoria dos “mundos possíveis”, desenvolvida por Hintikka (1973) para se referir a modelos de “objetos” inexistentes no mundo real mas atribuídos a outros mundos, como o mundo da ficção, o mundo do mito e o mundo das *-topias* ou lugares-comuns que permitem a formulação de utopias, antiutopias e heterotopias. Por outro lado, a metáfora dos mundos possíveis permite trazer para o nosso cenário um imaginário comum a inúmeros movimentos sociais, em escala internacional, reunidos a partir do Fórum Social Mundial, sob o *slogan* de constituição de “outros mundos possíveis”, enquanto alternativa de ação política contemporânea³.

Assim, a alusão funciona como indício de que a discursividade política, situada *a priori* num campo de discurso e ação que se orientam para uma influência sobre o mundo real, desenvolve uma interação importante com a produção em “outros mundos possíveis” – discursos que não têm por objetivo, necessariamente, uma ação imediata do sujeito interpretante sobre a realidade. Mas o que caracteriza tal interação? Como os participantes de uma relação discursiva política utilizam a ficção, o mito e as *-topias* no discurso de transformação/manutenção da realidade?

Dividiremos o texto em três partes. Na primeira, trataremos de alguns aspectos gerais da discursividade política. Na segunda, procuraremos introduzir a problemática dos discursos de “outros mundos possíveis”, localizando o uso da ficção, do mito e das *-topias* na configuração do discurso político, independentemente das opções ideológicas dos participantes da relação discursiva. Na terceira, faremos uma breve ilustração teórica, com fragmentos discursivos da política recente no Brasil.

O conceito de discurso político

Os espaços estruturais do discurso e da ação

A conceituação de discurso político participa da tomada de posição sobre pelo menos dois elementos: o que vem a ser discurso e o que se concebe

² Este artigo condensa um capítulo da nossa tese de doutorado. Cf. Menezes (2004).

³ O Fórum Social Mundial (FSM) reuniu-se pela primeira vez em 2001, na cidade de Porto Alegre (Brasil). Trata-se de uma iniciativa discussão e troca de experiências dos movimentos sociais organizados, em escala internacional, que nasceu em contraposição ao encontro de Davos (Suíça) – que reúne representantes dos países ricos. Sob o *slogan* “um outro mundo é possível”, o FSM vem se reunindo regularmente e recolocando na ordem do dia a constituição de alternativas aos modelos políticos, econômicos e sociais vigentes.

como político. As inúmeras incursões sobre estes objetos demonstram que não se trata de referentes monossêmicos. Pelo contrário, desde os clássicos, estamos diante de um conceito que se apresenta como parte das diversas formulações teóricas que podemos adotar na compreensão de fenômenos do mundo e da linguagem, variando no tempo e no espaço, de acordo com a posição do sujeito de conhecimento. Definimos discurso com um discurso e, de uma maneira ampla, a conceituação de político se faz por meio de uma escolha dentre outras – o que denota uma postura política. No entanto, podemos levantar uma proposição, geralmente aceita, que se trata de uma produção linguageira relacionada ao poder partilhado pelos indivíduos na vida social. Sobre isso, há acordo, por exemplo, entre teóricos que podemos situar desde a Antiguidade até o período contemporâneo.⁴

O grande problema surge quando é preciso especificar o que vem a ser o poder e como se dá a relação com o discurso político. Em determinadas pesquisas, o poder está localizado no aparelho estatal, entre os membros do governo, no parlamento, no partido etc., e tem uma boa visibilidade no processo eleitoral. Isto significa realçar, no limite, o discurso político como uma manifestação do profissional da política. Este é um posicionamento que tem grande respaldo em uma tradição reproduzida a partir de Platão, para quem a política equivalia a uma “Ciência Real” – um conhecimento acessível a um número bem restrito de cidadãos-filósofos, que poderiam concentrar e exercer o poder com equidade na vida social.⁵

Recentemente, essa perspectiva conta com um apoio importante entre autores como Bourdieu (2001), enfatizando a política como um objeto de ação e discurso do profissional: uma parcela diminuta da população que conhece a lógica e o funcionamento do campo político. Ou seja, o político profissional – aquele que detém os meios de produção e de controle da palavra no campo político, vivendo *da e para a* política. Segundo este raciocínio,

A produção das formas de percepção e de expressão politicamente atuantes e legítimas é monopólio dos profissionais (BOURDIEU, 2001, p. 213), pois “nada é menos natural do que o modo de pensamento e de ação que é exigido pela participação no campo político”. (BOURDIEU, 2001, p. 217).

⁴ A este respeito, ver Sadek (1993).

⁵ Em Político, Platão define a política como a “Ciência Real”; a mais perfeita das ciências; acessível somente ao filósofo. Segundo ele: “Aquele ciência que dirige a todos, que tem o cuidado das leis e dos assuntos referentes à *pólis*, e que une todas as coisas num tecido perfeito, apenas lhe faremos justiça escolhendo um nome bastante amplo para a universalidade de sua função e chamando-a a política”. [...] A massa, qualquer que seja, jamais se apropriará perfeitamente de uma tal ciência de sorte a se tornar capaz de administrar com inteligência uma cidade. [...] A política é objeto quando muito, de um pequeno número ou algumas unidades, sendo melhor o governo de uma só pessoa. Ou seja, a melhor forma seria a República, dirigida por apenas um homem que domine a ciência política”. (POL. 305e)

Neste conceito “restrito” mesmo quando se admite que determinadas ações extrapolam o aparelho estatal e participam de um discurso político, essas são vistas como uma representação que mantém os traços da atividade discursiva presente no governo, no parlamento ou nos partidos. No movimento estudantil, por exemplo, a atividade do líder seria uma espécie de imitação ou reprodução da prática partidária e extensão das ações de governo. Quer dizer, o discurso político seria sempre uma atividade restrita a uma parcela de iniciados ou “profissionais” da política.

Uma segunda alternativa considera que “tudo é poder”; por extensão, tudo é político e “todo discurso é político”. Esta é uma formulação “ampla”, de raiz na sofística que igualava a política à retórica, e que acompanhou os primeiros momentos da Análise do Discurso. M. Pêcheux e os diversos fundadores da disciplina, vivendo numa determinada conjuntura intelectual (marxismo-estruturalismo e psicanálise) e política (contestação das elites, ascensão de inúmeros movimentos e novos sujeitos na cena política), do final dos anos 60 ao início dos 80, enfatizavam a essência política do discurso, ou, dito diferentemente, o predomínio do discurso político sobre o conjunto das atividades sócio-discursivas. Afinal, “todo discurso é objeto de uma ‘deformação ideológica’, cuja análise nos envia em última instância à luta de classes”, como disseram Pêcheux e Fuchs (1975, p. 168).

Segundo Guespin (1984, p. 131-2), para os diversos autores da Análise do Discurso, a conceituação do seu objeto de trabalho estava centrada mais no fato que, sendo tudo política, um discurso político é, antes de tudo, um discurso, ou simplesmente que todo discurso é um discurso político. No entanto, observa, trata-se de uma disciplina que “tendo por domínio privilegiado o discurso essencialmente político por diversas razões de comodidade, visa de fato o problema geral do discurso”.

É bom notar, ainda, que a proposição “tudo é política”, paradoxalmente, não conduzia a um exame amplo das manifestações discursivas naquele período. Não havia, por exemplo, nenhum interesse na análise de materiais como a música e a moda. A atenção, concentrava-se em corpora recolhidos em resoluções de congressos, programas partidários, panfletos do movimento estudantil, textos políticos consagrados pela tradição escolar e outros em que os produtores já gozavam de um estatuto político amplamente reconhecido. Assim, uma noção ampla sobre o discurso político acabava por conduzir a uma prática restrita, uma análise que privilegiava o discurso político identificado como uma produção de profissionais da política.

Uma terceira perspectiva sobre o discurso político pode ser situada numa zona intermediária entre as proposições anteriores. O discurso político diz respeito ao poder, mas nem tudo é poder e nem o poder localiza-se apenas em torno do aparelho estatal. A idéia aqui, numa derivação da proposição avançada por Foucault (1994) e, mais recentemente, por Santos (1996), é que o poder encontra-se espalhado por diversos espaços estruturais de organização da sociedade que, para nós, correspondem aos espaços de estruturação do

discurso político. Assim, o discurso político corresponde a uma discursividade que está presente no *espaço da cidadania*, onde predominam as questões relativas ao aparelho de estado (por exemplo, o discurso eleitoral e o discurso do governo), no *espaço da produção*, onde predominam as questões relativas ao mercado (por exemplo, o discurso patronal e o discurso sindical), no *espaço doméstico*, com as relações familiares (por exemplo, o discurso dos pais e o discurso das donas de casa) ou no *espaço mundial/local*, onde se encontram as relações internacionais e de base local (por exemplo, o discurso da diplomacia e o discurso ecológico), e em inúmeros outros espaços estruturais de organização do poder ou, simplesmente, subdomínios da prática social política.

Essa última noção geral, em parte tributária da Retórica aristotélica,⁶ vem sendo desenvolvida distintamente por diferentes pesquisadores, como Maingueneau (2002), ao falar dos “discursos constituintes”, Amossy (2000), em sua ênfase na identificação das regularidades dos gêneros discursivos, e Charaudeau (1997), ao apontar a noção de contrato de fala, enquanto reconhecimento pelos sujeitos de aspectos comunicacionais e situacionais determinantes da relação discursiva. Ela compreende uma ampliação do conceito da discursividade política sem, contudo, colocá-la como um produto de todos durante todo o tempo e lugar. Pois reconhecer a possibilidade do discurso político como atividade que diz respeito a todos os indivíduos não quer dizer que todas as falas destes indivíduos são sempre políticas. Isto é, o discurso político dá-se entre sujeitos em situações reconhecidas socialmente (a fala do homem político dá-se numa situação política), cumprindo determinadas funções e finalidades na sociedade.

As funções políticas do discurso político

Há um nível de identificação do discurso político no senso comum que não corresponde à sua influência nas representações sociais que, inconscientemente, são partilhadas pelos indivíduos. Ao se criticar o discurso político tradicional (por exemplo, a encenação do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral) ou toda a fala que se apresenta ao sujeito interpretante como um discurso político, este sujeito reage politicamente, pois ele constrói um discurso que, num nível dialógico, também cumpre uma função política.

Na verdade, podemos identificar pelo menos quatro funções no discurso político;⁷

⁶ Para Aristóteles, a política é a arte mestra, pelo papel coordenador que exerce sobre todas as outras ciências. Mas ela não pertence ao campo da racionalidade dirigido pela idéia de certeza e sim a um saber prático que integra os caracteres da vida social. Daí constituir-se como um objeto da natureza humana (RET. I, 2: 1356a). A situação de discurso ou perspectiva do auditório coloca-se como fundamental nesta proposição, tornando possível a identificação genérica.

⁷ Uma abordagem interessante sobre as funções do discurso político encontra-se em Dornas (1995).

- (i) uma *função estruturante* em que o discurso colabora decisivamente na constituição do espaço público, pois na medida em que os sujeitos agem discursivamente estão ampliando, consolidando ou contribuindo para o definhamento da esfera política.
- (ii) uma *função decisional*, em que o discurso desempenha um papel fundamental na tomada de decisão, orientado para o convencimento e a produção de normas válidas para fatos identificáveis no cotidiano.
- (iii) uma *função pedagógica*, como exercício de uma pedagogia social para a convivência humana e na direção do bem comum, seja como propaganda [o sujeito comunicante trata de temas que envolvem novos problemas e tomada de posição] ou como educação [o sujeito comunicante é um porta-voz de valores reconhecidos pela comunidade].
- (iv) uma *função terapêutica*, em que o discurso apresenta-se com vocação para coordenar a coerência simbólica entre todos, contribuindo para a organização do *eu*, desfazendo dúvidas e descrenças, ao mesmo tempo em que oferece novas ilhas de segurança num cenário de incertezas da política no cotidiano.

Na medida em que estas funções estabelecem consensos e níveis de confluência para os conflitos, o discurso político cumpre um *papel objetivante* na constituição do espaço público como espaço da aparência e do poder. Isto é, um espaço em que os agentes se dirigem pela representação de papéis (parlamentar, cidadão, professor, aluno, patrão, etc.) e o exercício de prerrogativas que são reconhecidas pelos outros pela convivência política e pelo compartilhamento de normas sociais. Ao mesmo tempo, estas funções são fundamentais na formulação da *subjetividade do agente*, contribuindo para a *competência política* com base em identidades verificadas na comunidade de pertencimento. Isto é, o agente, enquanto sujeito do discurso, convive com tais funções (mesmo inconscientemente) no dia-a-dia do discurso político e, mesmo que, por exemplo, ele não tenha uma participação política privilegiada no aparelho de estado (espaço da cidadania), ele é capaz de acesso a determinados eventos da política, podendo dar respostas a determinadas questões e sendo capaz de formular outras, enquanto cidadão.

As finalidades do discurso político

Tem sido um certo lugar-comum, do qual Platão só participa *à contrário*, a afirmativa sobre a finalidade persuasiva do discurso político. O discurso eleitoral funciona como um paradigma neste caso. O candidato dirige-se ao eleitor para obter dele o voto e, se possível, a adesão para tornar-se um co-enunciador, propagandista ou ativista da campanha. O reconhecimento dessa finalidade pelos sujeitos participantes das interações concretas torna possível que, do ponto de vista da instância de produção, o sujeito comunicante possa orientar-se estrategicamente, escolhendo as formas e as maneiras de dizer que lhe parecem mais adequadas a essa finalidade persuasiva. É certo também que,

para a empresa da persuasão, o sujeito pode desenvolver determinadas estratégias de sedução (pela imagem, a indumentária, a voz, o vocabulário etc.), que ampliem as chances de captação do eleitor. No entanto, as escolhas possíveis se dão num quadro de limitações que integram o contrato comunicacional. Este, por meio de convenções compartilhadas socialmente, normas e restrições específicas às diversas situações de fala, tende a definir um tipo de compromisso ou “emprego obrigatório” da linguagem em situação.

Assim, aquele que pretende persuadir o outro deve mostrar-se como um benfeitor, alguém que se apresenta pelo discurso como capaz de realizar determinados bens gerais e específicos relacionados à felicidade do outro. No caso do discurso político eleitoral, localizado no espaço da cidadania, os bens gerais se apresentam, contemporaneamente, como realização simbólica da *res publica*, ou seja, do bem-comum. Por isso, todo candidato coloca-se no cenário discursivo como um agente do bem-comum (que pode ser visto, também, como somatório de bens específicos). Por outro lado, é necessário que o sujeito que se encontra na instância de recepção, percebido pelo produtor do discurso como um destinatário ideal, reconheça a mesma finalidade do discurso e participe do jogo enunciativo na qualidade de cidadão. Ele é alguém que guarda algum nível de esperança na solução de problemas e exerce o seu poder pela escolha do candidato, concedendo o voto a um e negando ao outro. Podemos dizer, então, que a finalidade persuasiva do discurso político organiza todo o ato discursivo e participa, decisivamente, da orientação da comunicação como uma espécie de intencionalidade geral dos sujeitos da relação discursiva. O modelo político eleitoral é paradigmático neste sentido, mas esta observação coordena, também, a intencionalidade nos demais espaços estruturais.

A partir desta intencionalidade geral, abre-se o cenário discursivo para um conjunto de intenções específicas ou *visées* que participam do ato, como a incitação, a informação e a instrução.⁸ Tais intenções, reconhecidas pelos sujeitos como pertinentes à enunciação, podem ser vistas como componentes da intencionalidade *psicossocio-discursiva* que determina a expectativa do ato de linguagem, do ponto de vista do sujeito produtor do discurso e do sujeito receptor.

A interação nos mundos da palavra

A problematização do conceito de discurso político que introduzimos, as suas funções e finalidades fazem com que este objeto assumira uma identidade importante entre os fenômenos da comunicação humana. Podemos dizer até que se trata de uma *discursividade* imprescindível na vida social: o homem mantém-se como animal político, para retomar Aristóteles, na medida

⁸ Cf. Charaudeau (1997), para uma descrição das *visées* ou intencionalidades específicas aos atos discursivos.

em que se percebe como participante de um mundo compartilhado por sujeitos diferentes entre si. Ser político é, antes de tudo, comunicar-se com o outro num quadro de possibilidades de influência. O discurso é capaz de levar o outro a uma ação e a situar-se diante de determinadas convicções.

Retomaremos agora algo aparentemente paradoxal. Sendo o discurso político um discurso que visa a influência sobre os sujeitos numa dada realidade, ele não se constrói apenas a partir de objetos de existência no mundo real, mas também de objetos não verificáveis no cotidiano. Ou seja, a *discursividade* política se forma pela junção do mundo real com objetos cuja existência só pode ser localizada em outros mundos possíveis, como os mundos ficcionais, do desejo ou temor e os mundos de conhecimento.

Como afirmamos, mais atrás, o sintagma “mundos possíveis” tem sido produtivo na formulação teórica recente, a partir do desenvolvimento de autores como Hintikka (1973). Não nos orientaremos aqui por uma discussão sobre detalhes da noção e dos seus fundamentos. Mesmo porque, o que nos interessa é bem mais um empréstimo metafórico que permite refletir a representação de discursos desses mundos como construtora da realidade.

Considera-se, pela noção de mundos possíveis, que o mundo externo ao qual temos acesso imediato pelos órgãos de sentido é reconstruído mentalmente pelos sujeitos de discurso como realidade virtual. Teoricamente, tal representação se dá por modelos e traços que extraímos pela experimentação e na comparação com outros objetos aos quais também temos acesso. Construir um modelo é, de certa maneira, resultado de representações que se adequam a critérios socialmente válidos. Estes critérios são variáveis de acordo com o campo de pesquisa.

A *modelização* científica, por exemplo, se manifesta na construção de *hipóteses*. As hipóteses são modelos para a experimentação numa realidade que se define como adequada. Na prática cotidiana da atividade científica, a validade da hipótese fornece uma (ou várias) evidência(s). A evidência corresponde, assim, ao critério de verdade: qualquer hipótese deve se prestar à experimentação, a fim de poder se tornar uma evidência.

Numa transposição metafórica, pensamos que, no discurso político cotidiano, os modelos socialmente válidos se apresentam na realidade enquanto objetos que permitem o *acordo*, ou seja, representações que acompanham as narrativas ou descrições de fenômenos que servem à validação do argumento político. Isto é, são modos específicos de discurso que visam à *solução de questões* de caráter político, segundo a situação enunciativa, e em conformidade com as funções e finalidades deste discurso. Neste sentido, parece-nos proveitosa a proposição de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) acerca do acordo entre o orador e o auditório, pois os modelos do discurso político apresentam-se muitas vezes como fatos, verdades e presunções que se situam em outros campos discursivos e mesmo “fora da realidade”, em *outros mundos possíveis*, sob a forma de ficção, mito e *-topias*. O que é específico ao caráter político é, justamente, que as representações presentes nas enunciações

concretas sejam admitidas pelos participantes do discurso como argumentos para a solução de problemas vivenciados socialmente.

Em suma, podemos afirmar que o discurso político, enquanto terreno próprio ao verossímil, constitui-se sobretudo por meio de um deslocamento de várias outras possibilidades de fala, algumas menos institucionalizadas, outras, mais. Na medida em que esse discurso persuasivo se orienta para uma ação de estruturação da realidade, de acordo com uma intenção partilhada socialmente, os sujeitos participantes das interações concretas mobilizam também representações de *outros mundos* e de *outros campos* discursivos. E, aqui, teríamos o caminho para uma segunda reflexão, que não faremos no artigo atual: a relação que o discurso político estabelece com o discurso religioso, o discurso científico, o filosófico, o jurídico e o literário, de um lado, e com o discurso publicitário e o de venda de serviços/produtos, de outro lado. Tal problemática, pode ser expressa, também, como, por um lado, a relação entre o discurso político e os discursos constituintes (COSSUTTA e MAINGUENEAU, 1995) e, por outro lado, entre o discurso político e outros discursos propagandísticos (CHARAUDEAU, 1997). No momento, porém, vamos nos ater ao mito, à ficção e às *-topias*, concentrando o nosso olhar principalmente para algumas interações no espaço da cidadania.

Uma análise ilustrativa

O discurso político e o “mundo do mito”

Quando se fala em mito, reporta-se a fenômenos que para determinada comunidade numa dada situação constituem-se em relatos de crença do vivido por um povo e pelos deuses numa determinada época. O mito de origem, por exemplo, contém os elementos que a comunidade representa para si enquanto sua história e trajetória. Mesmo que o seu relato esteja sempre sujeito a diferenças e divergências no interior do grupo, há uma correspondência em linhas gerais. Neste sentido, o mito é a realidade para os membros desta comunidade, até que se prove o contrário. E, como expressão *identitária*, tem o poder de justificar a *organicidade* e dar coesão ao grupo, servindo de parâmetro às ações no presente e no futuro.

Chauí (1994, p. 21) fala-nos, a este respeito, em mito fundador. Para ela o mito apresenta uma “solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no plano simbólico e muito menos no plano real”. O papel fundador explica-se pelo fato que a sua narrativa impõe à comunidade um vínculo interno com o passado como origem. Aqueles que convivem com a sua narrativa o têm como a verdade: “a explicação de um passado que não permite o trabalho da diferença temporal e se conserva como perenemente presente”. Uma verdade que se repete no tempo e no espaço, diante da impossibilidade de simbolização e bloqueio à passagem ao real, manifestando-se como o poder teocrático (Deus é a fonte

do poder) e, quase sempre, iluminando a superação de problemas no cotidiano ou passagem da situação de penúria da vida real para uma visão idílica, onde se consuma o paraíso terrestre. Tal passagem é objeto da profecia, numa visão messiânica do devir histórico, transformado obstáculos em direção à terra prometida.

No espaço estrutural da cidadania, o mito manifesta-se, por vezes, como uma possibilidade de solução de problemas vivenciados pela comunidade sem que esta se apresente como sujeito de ação na arena discursiva. Ou seja, *algum indivíduo* apresenta-se como *aquela* que pode agir em nome de todos, resolvendo os problemas, distribuindo bens individuais e realizando o bem-comum, sem um necessário enfrentamento dos conflitos por parte dos interessados. A promessa política tem muitas vezes este sentido, podendo-se fazer uma correlação entre esta e a profecia mítica. O candidato apresenta-se como *alguém que age em nome do outro*, trazendo para si o encargo da política (como um profissional), e mostrando-se como o único sujeito capaz de conduzir o *povo*, a economia e a política em direção a uma sociedade deslocada para a o próprio imaginário mítico.

Uma ilustração a este respeito pode ser feita a partir do fragmento discursivo, a seguir:

A gente constrói um aqueduto para trazer a água de Angra dos Reis para Belo Horizonte; retira a água que se encontra represada na Lagoa da Pampulha, faz uma chapada de brita com piche para proteger e, aí, é só quebrar champanhe quando o mar chegar. (Nelson Thibau, Revista “Veja”, 20/09/98)

Trata-se do extrato do discurso de Nelson Thibau, na década de 70, quando concorreu à Prefeitura de Belo Horizonte.⁹ Como se sabe, na ocasião, o regime militar implantado no país definira um sistema partidário composto por duas agremiações: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), respectivamente, o partido da situação e o partido da oposição. Nelson Thibau pertencia ao MDB. Na sua *mise en scène* partidária, ele buscava se mostrar como um profeta do povo, capaz de conduzir os que nele acreditassem para uma espécie de paraíso terrestre, mesmo na adversidade do regime militar. Para isso, se preciso fosse, ele estava disposto a realizar alguns milagres. Este é o caso do fragmento em tela. Este ocorreu

⁹ Nelson Thibau, figura importante da política mineira – do seu folclore –, durante o regime militar, participou de diversas eleições e mandatos, chegando a deputado federal. Principalmente quando se candidatou ao cargo de prefeito de Belo Horizonte, a sua promessa de campanha mais importante era “trazer o mar para a capital de Minas”. É verdade que, muitas vezes, as suas promessas podiam ser percebidas como demagógicas, mas, é verdade, também, que elas lhe propiciaram reconhecimento e os votos de milhares de eleitores.

num momento em que a classe média urbana ampliava-se e, com ela, crescia tanto o acesso ao litoral quanto o sentimento de pesar de parcela dos belorizontinos, que via o fato de a sua cidade não ser banhada pelo mar como um certo limite – sobretudo estético e hedônico – em relação a outras cidades. Em contrapartida, o discurso do candidato assinalava, Belo Horizonte possui uma beleza rara: a Lagoa da Pampulha – um cartão de visitas da cidade que poderia ser transformado em proveito da classe média urbana. Tendo o mar em sua própria cidade, a partir de um artifício tecnológico e do trabalho humano resolveria a situação. A classe média urbana e o povo em geral não precisariam se deslocar para as praias localizadas em outros Estados e o cartão de visitas ganharia um toque bem original.

A promessa de Thibau era, neste sentido, interessante. É claro que se poderia perguntar: alguém acreditava que ela poderia ser cumprida? Mas, em vez de responder a tal questão de uma maneira enfática, o melhor é perceber o seu grau de verossimilhança, num momento em que a modernização forçada do país acentuava o uso de recursos tecnológicos (a construção de aqueduto), a realização de grandes obras (Angra dos Reis), a ampliação das áreas de asfalto (com chapada de brita e piche) e as grandes festas de inauguração das obras faraônicas (quebrar champanhe quando o mar chegar), num momento de ampliação do acesso populacional a determinados bens e, paradoxalmente, o definhamento do acesso a outros bens.

A este conjunto de fenômenos deve se acrescentar, ainda, aquele que nos parece o mais importante e revelador do “tom messiânico” da promessa eleitoral deste sujeito enunciador: o dom de trazer o mar para Belo Horizonte corresponde ao imaginário de realização da profecia de Antônio Conselheiro, expresso pela canção popular (“um dia isso aqui vai alagar”), naquele período do regime militar, de limitação das liberdades individuais e coletivas. Nelson Thibau atualizava, assim, as palavras do mártir de Canudos, narrado por Euclides da Cunha: “haverá um dia em que o sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão”.

Como todo mito, a verdade é revelada na própria narração. Não se trata de uma promessa eleitoral a ser discutida com base numa racionalidade, levantando-se as relações lógicas dos argumentos e a possibilidade concreta de realização. A garantia da promessa está no mito. Ela participa da enunciação projetada pelo sebastianismo: o rei (ou Deus) que vai retornar (corporificado em Nelson Thibau, quem sabe?) e *re-fundar* o paraíso terrestre. Ou seja, “devemos fazer aquilo que os deuses fizeram no princípio”; ou “aquilo que nos recomendaram” para alcançarmos a terra prometida. Assim, o voto em Thibau era uma oferta que guardava todo este sentido profético. De maneira simples e humilde, ele se apresentava como uma imagem do *messias do novo tempo*; alguém que se encontrava em comum acordo com os anseios do povo “moderno” e se propunha em defender a imensa maioria dos “sem praia”: vote Thibau.

O discurso político e o “mundo da ficção”

Ficção é um termo que cobre fenômenos bastante amplos e tem sido objeto de diversas teorias e controvérsias. Em sua relação com o mundo real, não se pode dizer, simplesmente, que a sua noção se restringe a um objeto inexistente. Para se ter uma idéia, Aristóteles (e depois Marx), dispendo sobre a moeda enquanto um instrumento para a troca de mercadorias, dá ênfase ao seu aspecto fictício. O dinheiro não é a mercadoria em si com um valor de uso e um valor derivado da sua natureza¹⁰, mas somente um *artifício*. Mesmo com uma existência no mundo amplamente reconhecida, no contexto teórico de Aristóteles, o dinheiro é uma ficção. Corresponde apenas a um artifício, que sobrevive pelas convenções compartilhadas entre os membros da sociedade.

A ficção, como convenção, submete-se inteiramente ao jogo enunciativo. Por exemplo, em 1994, a moeda brasileira passou a chamar-se Real. Fruto de um Plano de Estabilização Econômica, o Real foi criado depois de um meticuloso ajuste fiscal e como determinação de governo para representar o fim de um longo período de inflação. A moeda anterior, enfraquecida pela convivência inflacionária e depois de diversas tentativas de reforma, mostrava-se desacreditada. Uma nova moeda, um novo nome, aparecia como uma vantagem na constituição de um imaginário positivo, que, *grosso modo*, pode ser resumido como uma possibilidade de controle da economia pelo governo e estabilidade para toda a população.

A nova moeda, que nasce de uma medida econômica e fiscal, é apresentada no cenário político como solução para problemas diversos. Ela aparece neste momento como fundadora de um novo tempo, rompendo com a moeda fictícia do tempo da inflação. A nova moeda, dizia-se àquele período, é Real; isto é, o seu nome e o fato de o seu valor nominal ter um poder efetivo no mercado aparecem no discurso político como uma tentativa de denominar a coisa e o objeto de uma maneira transparente.

No discurso político do período, então, o Real aparece por vezes como uma esperança e este nome, adotado para a moeda, como uma garantia: o controle da economia e a estabilidade econômica para a população estavam se concretizando. Assim, a ficção (moeda) ganhava o estatuto de realidade (Real), pelas convenções (legislação e imaginário social) daquele período.

A partir de uma perspectiva literária a noção de ficção incorpora “imitação” e “fingimento”. Mas, parece-nos que a ficção é um fenômeno que se centra menos do que se pensa na idéia de imitação ou de fingimento. Ela não

¹⁰ Segundo Aristóteles: “cada coisa que possuímos tem dois usos, dos quais nenhum repugna à natureza; porém um é próprio e conforme sua destinação, outro desviado para algum outro fim. Por exemplo, o uso próprio de um sapato é calçar; podemos também vendê-lo ou trocá-lo, para obter dinheiro ou opção, ou alguma outra coisa, isto sem que ele mude de natureza; mas este não é o seu uso próprio já que ele não foi inventado para o comércio.” (POL. I: 2).

se orienta por critérios do falso – verdadeiro, pois não haveria uma analogia real entre os domínios comparados. Assim, a ficção não precisa ser justificada pela experiência. Uma simples alusão, como indício de um mundo exterior ao discurso, é suficiente para que ela se estabeleça. As ficções são uma espécie de jogos com os significantes lingüísticos, como diz Bange (1981), em que a diferenciação em relação a outros discursos está no fato que ela não tem alcance prático imediato. É pelo trabalho que os sujeitos realizam com os objetos dos mundos distintos que se produz o “novo” no mundo real.

O problema que passamos a ter é que a narrativa ficcional apresentase no interior de uma tipologia discursiva, o discurso político, que tem por finalidade a persuasão do outro para uma ação no mundo real – ou seja, “um alcance prático imediato”. O discurso mundo ficcional é agenciado, no caso, para uma ação sobre o outro, no mundo real, a fim de torná-lo participante de uma opinião ou de um estado de coisas. Quer dizer, ao invés de procurar a adesão do outro por meio de um processo de provas dedutivo, no qual teria-se que apresentar o seu raciocínio], o sujeito argumentante apresenta um fragmento ficcional em seu discurso, fazendo economia da razão demonstrativa.

Gelas (1981), ao estudar este fenômeno, afirma que a narrativa ficcional, no interior de uma tipologia majoritariamente argumentativa corresponde a uma estratégia manipulatória do sujeito comunicante, no sentido em que ela significa não somente uma economia de raciocínio, mas, que numa relação assimétrica o sujeito argumentante traz para a cena do mundo real uma formulação que pertence a uma situação completamente distinta, introduzindo-a como se fosse totalmente válida para o caso. Com isto, este sujeito se dispensa de justificar as suas alternativas, ou apresentar argumentos que guardem entre si uma relação de razoabilidade para conduzir a uma prova dedutiva, de tipo *entimemática*. A narrativa basta por si, como prova. E, do outro lado do circuito comunicativo, o sujeito alvo torna-se convencido não por razões, por uma convicção comum, algo que faça aderir o seu espírito em virtude de uma intervenção intelectual, mas por uma analogia com elementos de um outro mundo. Logo, os dois sujeitos chegam a uma conclusão, porém a relação argumentativa mantém-se em aberto.

A introdução desta narrativa ficcional pode se dar pela introdução do que Gelas, recuperando a Retórica de Aristóteles, chama de *exemplum*. O *exemplum*, na Retórica é uma prova indutiva e pode apresentar-se de duas maneiras: “uma consiste em falar de fatos anteriores, a outra em inventá-los o próprio orador.” (RET. II, 20, 1393a) É aprova mais apta para persuadir a multidão, pois, acessível aos sentidos, encontra-se ao alcance de todos, independentemente de uma instrução escolar, já que se admitimos que algo ocorreu, é verossímil que possa ocorrer. Para Aristóteles, o *exemplum* pode se apresentar de duas maneiras: “Uma consiste em falar de fatos anteriores, a outra em inventá-los o próprio orador”. (RET. II; 20, 1393a)

É interessante considerar, também, que o *exemplum* pretende alcançar toda a narrativa ficcional. Ele pode conhecer expansões mais diversas, como

um enunciado mínimo ou uma história amplamente desenvolvida ou, mesmo, se a competência cultural do destinatário permitir, ele pode chegar à condensação da narrativa unicamente no seu título.

Vejam, à guisa de ilustração, o exemplo baseado em fatos anteriores. Este é mais simples e corriqueiro. É comum no discurso político eleitoral que um candidato se apresente como seguidor de um herói, constituído historicamente. Tancredo Neves, nos comícios pelas diretas-já, dizia seguir o “caminho aberto por Tiradentes”; Fernando Collor, em 1989, seguia o caminho de Juscelino Kubsticheck; Fernando Henrique seguia o ideário de Tancredo Neves e de Juscelino Kubsticheck; Brizola seguia os passos de Getúlio Vargas etc. A questão do herói e a narrativa de fatos realizados por ele correspondem a escolhas e/ou “tradições inventadas” que indicam a força do exemplo na persuasão. Ao trazer a narrativa para um discurso predominantemente argumentativo, objetivando a persuasão do outro, dispensa-se a enumeração de proposições e argumentos do mundo real. Mas, o fato de atualizar uma memória pela narrativa corresponde a uma diminuição da ação pelo raciocínio. Geralmente, portanto, no apelo ao *exemplum* observa-se um reforço um reforço do *ethos* e/ou do *pathos*.

O exemplo inventado é igualmente produtivo. No discurso político eleitoral, o importante é que ficam dispensadas as verificações *in loco* e a apresentação de argumentos. A fábula é interessante neste sentido. Ela pode apresentar-se às vezes como uma alegoria presente no imaginário capaz de evocar o sucesso, o fracasso, o despreendimento etc. Uma vez aceito o modelo, o assunto fica como decidido. Citaremos, para ilustrar, um enunciado de Luis Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de diplomação como presidente da República do Brasil, no Tribunal Superior Eleitoral, em 14 de dezembro de 2002. Na verdade, o enunciado integra o discurso do Presidente e foi elevado à categoria de título pelo jornal Estado de Minas. Trata-se, assim, de uma representação do candidato, quer dizer, ele integra o seu discurso num determinado contexto mas é reproduzido pelo jornal, como discurso de outrem, em 15 de dezembro: “Ganho como primeiro diploma o de presidente”.

Do ponto de vista retórico, trata-se de um discurso *epidíctico* em que o presidente tece agradecimentos aos cidadãos e responsáveis pelas instituições que tiveram papel fundamental no pleito, elogia o clima de tranqüilidade do momento eleitoral, congratula-se com o “povo brasileiro” e *parabeniza* as autoridades. Reafirma o seu compromisso com a democracia e encerra dizendo, no último parágrafo, que

Se havia alguém no Brasil que duvidasse que um torneio mecânico, saído de uma fábrica, chegasse à Presidência da República, 2002 provou exatamente o contrário. E eu, que durante tantas vezes fui acusado de não ter um diploma superior, ganho como meu primeiro diploma o diploma de presidente da República do meu país.

O jornal deteve-se na última frase do discurso de posse do presidente, transformando-a em título da reportagem: “ganho como primeiro diploma o de presidente”. Há, no caso, a condensação de uma ampla narrativa, dramática na maioria das vezes, que é bem conhecida dos brasileiros: o nordestino que se dirige para a região sudeste em busca de trabalho, torna-se metalúrgico, líder operário, perseguido durante a ditadura militar, com uma vida difícil, sem acesso ao estudo especializado, que se candidata uma, duas, três e, finalmente, na quarta vez, representando os sonhos de muitos como ele. Mas esta é também uma narrativa americana: do garoto pobre, filho de lenhadores, que não pôde estudar, mas tornou-se um grande líder e presidente do país. E, sem dúvida alguma, é uma narrativa bem *hollywoodiana*, que pode ser vista diversas vezes nas telas: o garoto pobre que se transformou no sujeito de maior prestígio e poder na sua comunidade.

O jornal desperta, assim, um imaginário bastante evocado pelo discurso ficcional: o rústico que passa à condição de nobre; o pobre que se torna rico; o marginalizado que passa a ocupar o cargo mais importante na estrutura política de um país democrático. A escolha do enunciado para título deu-se (conscientemente ou não, da parte do jornalista) pela virtude da narrativa, compreendendo uma dimensão ficcional, como um mundo possível, já que existente no imaginário social, e o jornalista usou um recurso para despertá-lo em favor de toda uma argumentação sobre as possibilidades de qualquer cidadão em se tornar governo e em conviver sem traumas com a democracia. Desta maneira, foi possível tratar de uma questão extremamente complexa [um lugar cheio de controvérsias], valendo-se da “verdade” manifesta pela narrativa ficcional e com economia de um raciocínio tipicamente *entimemático*.

O discurso político e o “mundo das –topias”

A partir do termo *topias*, podemos refletir sobre três possibilidades de constituição do mundo fundadas na relação entre um certo conhecimento da realidade e o desejo ou o temor à mudança como um projeto futuro: a utopia, a antiutopia e a *heterotopia*. Utopia, ou “não-lugar”,¹¹ apresenta-se no início do século XVI como um neologismo criado por Th. More. No seu livro, “Utopia”, o termo designa um país imaginário, cujos habitantes vivem felizes sob um governo justo e “quase perfeito”, que assegura a permanência das normas, das boas instituições e um altíssimo nível de participação popular em torno dos assuntos de interesse coletivo. “Utopia” era uma sociedade que tinha por base a igualdade, o incentivo à produção e a distribuição eqüitativa de bens entre todos. Deste ponto de vista orgânico, “Utopia” caracterizava-se pelo *comunitarismo*, tendo

¹¹ Utopia é um vocábulo que nos vem “do latim pela modificação do grego: *où*, que quer dizer ‘não’ junta-se a *tópos*, ‘lugar’ e à forma –ia (v. –ia)”. Cf. Dicionário Novo Aurélio (1999).

resolvido de maneira satisfatória os problemas de acesso aos bens materiais e espirituais.¹²

A reflexão de More tem como contraponto a sociedade inglesa¹³ e a Europa no séc. XVI. Ela contém uma crítica à organização sociopolítica, presente na estrutura de governo e nas convicções predominantes naquele período, aponta para uma possibilidade diferente de constituição do governo. No nível do discurso esta nova possibilidade se apresenta como verossímil, na medida em que corresponde a uma alternativa que depende exclusivamente da ação humana.

No entanto, o projeto utópico ultrapassa este nível de conhecimento, situando-se também no campo do mito. A cidade perfeita é, de alguma forma, a re colocação de algo preexistente na tradição mitológica. Corresponde a uma projeção da “idade de ouro”, o tempo em que os homens, os deuses e a natureza viviam em completa harmonia, com a satisfação de todas as vontades. A utopia contém, portanto, elementos racionais e irracionais que se misturam.

A utopia é uma marca do pensamento moderno. Desde More ela freqüenta insistentemente os projetos de transformação social. Nos séculos XVI e XVII estes estiveram mais nitidamente orientados para a esperança de um progresso da ciência como possibilidade de fundação de uma sociedade baseada na abundância e na equidade. No séc. XVIII, com o advento da revolução industrial e a República Francesa, a ênfase seria a contraposição entre o progresso tecnológico e a condição e miséria de amplos segmentos da população.

O imaginário sociopolítico do século XIX é rico na produção de utopias capazes de influenciar decisivamente o discurso político. Isto é, a ultrapassagem da sociedade medieval e a solução do conflito religioso no século XVII e o próprio capitalismo ascendente contribuíram na configuração de imaginários possíveis de funcionamento do Estado, da sociedade e das suas próprias instituições representativas que orientam decisivamente a configuração

¹² No livro de Th. More, “Utopia” é um território em algum lugar na rota de A. Vespúcio. Era um lugar como outros, sem qualquer distinção, até ser conquistado pelo rei Utopos. Este rei, que deu o nome à Ilha, é quem teria realizado uma transformação profunda na cidade e no comportamento do povo. “Ao crer no que dizem, e que, aliás, em parte, é confirmado pela configuração do território, nem sempre Utopia foi uma ilha. Foi o rei Utopos que dela se apoderou e deu-lhe o nome (pois até aí se chamava *Abraxa*) transformando o povo rude e selvagem que a habitava num povo com uma civilização perfeita, que em muitos pontos ultrapassa a todos os outros”. More (2003, p. 54).

¹³ Th. More conhecia bem a realidade inglesa e européia. Foi membro do parlamento britânico entre 1504 e 1530, tendo desempenhado diversas missões diplomáticas no período e o cargo de chanceler do governo, a partir de 1529. O seu livro pode ser visto na ocasião como uma crítica às instituições inglesas e uma tentativa de influência sobre o governo para uma reforma econômica e social. Por suas divergências com o monarca (Henrique VIII), Th. More foi preso em 1534, condenado e decapitado em 1535. Considerado um dos precursores do socialismo, foi homenageado na URSS. No século XX foi canonizado por Pio XI; caso único de santo homenageado pelo regime soviético.

das utopias. Este conjunto de fatores, digamos, propiciaram aos sujeitos históricos a compreensão da política como um discurso e ação capaz de dirigir-se a um “lugar feliz”.¹⁴

Desta maneira, a política poderia ser percebida cada vez mais como obra sob a responsabilidade humana. Quer dizer, a partir de elementos míticos do paraíso localizado na idade do ouro, projeta-se uma espécie de contrato moderno em que os homens, e não os deuses, se inscreveriam no compromisso da construção hedônica: como uma espécie de promessa de realização pelo discurso e pela ação de um mundo melhor para todos. Um mundo que se alcançaria rapidamente e com segurança graças ao progresso do conhecimento científico. Neste sentido, a política e o conhecimento juntos apresentam-se como uma imagem de libertação de um Prometeu moderno, despedaçando as correntes que fixavam os homens no sofrimento e na escuridão.

A economia e as chamadas ciências sociais aplicadas apresentam-se como ferramentas prediletas para essa transformação, levando a que se perceba a política, cada vez mais, como “política econômica”, com uma subordinação da alçada política ao econômico. Trata-se de um discurso em que a especialização vem do compromisso da política, com o econômico, tornando-se objeto do mundo privado. Quer dizer, as questões que se colocavam na órbita da sociedade civil passam ao âmbito da política, mas para um tratamento de acordo com regras do mundo privado. Um discurso para ultrapassar os parâmetros imprevisíveis da política substituindo a idéia de conflito entre os sujeitos a partir de demandas diferenciadas pelo planejamento e a idéia de utopia pela política real.

Acontece que o termo utopia vem adquirindo um uso negativo na política. Ele vem servindo para indicar determinadas proposições tidas como completamente irracionais, cuja aprovação, no cenário público, levaria a atitudes catastróficas ou deixaria seqüelas indesejáveis. Ele tem servido também como indício de uma proposição irrealizável; um discurso que o interlocutor situa no “reino da fantasia”. Em ambos os casos incorrer na utopia é uma atitude identificada como um “erro político”, seja por ignorância do sujeito do discurso que se situaria num espaço do não-saber, ou seja por uma orientação demagógica.

Segundo o caso, trata-se de um ato de manipulação do outro, em que não há sinceridade na fala. Quando o sujeito age utopicamente porque não sabia, trata-se de um problema da sua competência político-discursiva. Identificado o problema, a fala pode ser corrigida com o responsável sofrendo as sanções discursivas decorrentes.

Neste caso, geralmente, a identificação da utopia é realizada pelo “outro”, um ser que se apresenta como não-utópico naquela situação. É o

¹⁴ Bobbio (1993, p. 1285) assinala que “lugar feliz” é justamente uma outra possibilidade de tradução do termo “utopia”.

adversário ou alguém movido pelo conhecimento (o especialista) que aponta a utopia alheia. Ela é vista como “falha” do discurso político, constituindo-se num demérito do sujeito enunciador, fragilizando-o no seu objetivo persuasivo. A utopia constitui-se deste modo como uma promessa irrealizável. No discurso do adversário, a utopia torna-se objeto depreciativo e fornece argumentos para o combate ao enunciador. Identificado como um sonhador ou como um demagogo, este se fragiliza, numa disputa política que se orienta para o “bem comum” e, não mais como ele poderia imaginar, para o estado-ideal.

A “política real”, com a sua forte inclinação para a regulação social, é uma posição que exclui a utopia. Desde os anos 60, por exemplo, fala-se da possibilidade de realização das promessas de uma “sociedade quase perfeita” sem a necessidade da utopia. A questão poderia se resumir a uma definição no campo da política real. Bastaria orientar a capacidade produtiva em favor do atendimento das demandas. Isto é, o problema da “política econômica” a se resolver voltava-se, essencialmente, para o regime distributivo: enquanto uns usufruíam muitos bens outros permaneciam em regime de escassez mas os bens eram suficientes para todos (ou, pelo menos era possível produzi-los para o atendimento de toda a demanda). Assim, a solução não poderia ser utópica, até mesmo pelo fato que a utopia apresentava os seus elementos irracionais que poderiam conduzir ao descontrole e a uma espécie de “mundo desorganizado”. O discurso da *antiutopia* apresenta-se, assim, pelo temor de uma sociedade *inadministrável*.

Acontece que a imaginação sobre o futuro é algo diferente de uma resolução teórica do conflito distributivo. Ela é a mobilização de uma *vontade subjetiva* no presente, própria do sujeito que participa ou tem conhecimento de determinados eventos e que se mostra inquieto pela “vivência” realizada. O que importa ao pensamento utópico é, neste sentido, menos o efeito quantitativo das demandas, mas a relação intersubjetiva que permite a ação e o discurso em comum. Como afirma Santos (1996, p. 324),

A utopia é uma hiper-carência formulada ao nível a que não pode ser satisfeita. O que é importante nela não é o que diz sobre o futuro, mas a arqueologia virtual do presente que a torna possível.

O que há de mais importante na utopia não é tanto o caráter utópico dos elementos que a compõem. Mas, paradoxalmente, o que se apresenta como real na ordem do conhecimento e na ordem do sujeito. Ou seja,

Num nível epistemológico, ela recusa o fechamento do horizonte de expectativas e de possibilidade e cria alternativas e, ao mesmo tempo, no nível psicológico, recusa a subjetividade do conformismo e cria a vontade de lutar por alternativas. Santos (1996, p. 324).

Diante da possibilidade factível de se alcançar os elementos da utopia

na contemporaneidade, o que se verifica é que tais elementos se deslocam de lugar, configurando aquilo que Santos chama *heterotopia*: capacidade do movimento para a reposição no momento atual e em moldes radicalmente diferentes à luta civilizacional pela qual mereceu a pena lutar no séc. XIX. Esta seria uma luta, diz ele, sem dúvida epistemológica e psicológica, e uma luta por padrões alternativos de sociabilidade e de transformação social, com uma noção renovada do poder e da política. (1996, p. 342).

Sob tal perspectiva colocam-se os novos movimentos sociais, que, como bem percebe Santos, incluem desde os movimentos ecológicos, feministas, pacifistas, anti-racistas, de consumidores, de auto-ajuda, associações comunitárias, a outros movimentos sociais urbanos; movimentos sociais rurais, movimentos de jovens e, mesmo, em alguns casos, determinados partidos políticos. Muito se poderia dizer acerca de tais movimentos. No momento, o importante é ressaltar a busca de estabelecimento de uma nova relação entre o ideal de regulação e a subjetividade, em que os movimentos se constituem numa crítica da regulação capitalista e também às experiências do chamado “socialismo real”.

Do ponto de vista da relação entre a subjetividade, o poder e a política, uma característica importante é a mudança de perspectiva que se opera pela relação com os eventos. Há neste caso um deslocamento da democracia representativa, considerada importante, valorizada, mas ao mesmo tempo percebida como algo insuficiente, pois dirige-se apenas para uma das dimensões estruturais da sociedade, o espaço tempo da cidadania. Assim o melhor resultado neste campo, que é onde se localiza a tradição política restritiva, leva somente a uma participação política ocasional, já que ele tem por base uma relação vertical entre governo e cidadão e um funcionamento regular preso ao calendário eleitoral. Portanto, a opção democrática amplia-se para o que se pode chamar “democracia participativa”: uma democracia estendida ao máximo como possibilidade de atuação de todos os interessados e se amplia do espaço da cidadania a todos os demais espaços estruturais. Quer dizer, uma prática democrática radical que visa aos sujeitos individuais e grupos sociais, “a família”, “a classe”, “a cidadania”, “a nacionalidade”, segundo as práticas e as tradições, segundo os objetivos e obstáculos.

O pensamento *heterotópico*, com percebe Santos, coloca-se na contemporaneidade como a *construção do amanhã por sujeitos no presente*. Não se trata mais de um projeto para um futuro não localizável. Pelo contrário, os eventos do presente, como palcos e cenários de luta e intersubjetividade, contribuem na configuração do discurso e de novas possibilidades de atuação enquanto concepções da contemporaneidade que podem migrar para todo o cenário sociopolítico, inclusive (mas não somente), para os órgãos e instituições do Estado.

No cotidiano do discurso político, podemos identificar inúmeras iniciativas de fala que se localizam no mundo das *-topias*. Basta, por exemplo, verificar o discurso político eleitoral, onde presenciamos locuções diversas,

como: “casa própria para todos, da população mais carente à classe média” [de Reinaldo de Barros] ou “temos o compromisso de tornar o Brasil um país onde todos tenham condições de viver bem” [do locutor do PPS-SP, durante o horário gratuito de propaganda eleitoral pelo rádio]. Mas o que nos chama a atenção, neste momento, são dois fragmentos enunciados em 1994, sendo um de autoria de Fernando Henrique Cardoso e o outro de Luis Inácio Lula da Silva, candidatos concorrentes, como sabemos, ao cargo de presidente da República. O primeiro, Fernando Henrique, prometia “colocar toda criança na escola”, se acaso fosse eleito; o segundo, Lula, prometia “não deixar nenhuma criança fora da escola”.

Ora, a educação para todos compõe o cenário utópico da modernidade, acentuado a partir das chamadas “revoluções burguesas”. No Brasil, os dados sobre o analfabetismo são ainda alarmantes, chegando a quase 20% da população. Há, podemos perceber, todo um imaginário em favor da educação escolar para enfrentar o problema. Neste sentido, os legisladores, os movimentos sociais e o próprio Estado têm criado iniciativas e garantias para que a população, principalmente, as crianças possam ter acesso à escola. E cada candidato na sua postura republicana, apresenta-se como um possível agente deste bem comum.

No entanto, o ato de colocar cada criança na escola não garante a educação, mesmo porque a criança pode não permanecer em tal instituição. Do ponto de vista da utopia, esta proposição prende-se ao viés distributivo: é possível hoje *colocar* toda criança na escola. Algo bem diferente é a afirmativa de que “nenhuma criança *deve ficar fora* da escola”. Já não se trata de um simples apelo à utopia, mas da sua realização: a garantia que, efetivamente, a criança possa ter acesso ao bem social definido. Neste caso, a perspectiva heterotópica – de realização do sonho (o direito de todos à educação) – é visível. E, por fim, enquanto a “colocação de toda criança na escola” é um ato que pode ser realizado pelas agências estatais – no espaço da cidadania –, a heterotopia de “nenhuma criança fora da escola” convoca não somente o imaginário das agências estatais, mas, também, a ação dos sujeitos em outros espaços estruturais da política: os pais (no espaço doméstico), empresários e trabalhadores (no espaço da produção), e os movimentos sociais (as ONGs. E os movimentos de auto-ajuda, por exemplo], todos são conclamados a um tipo de participação, possibilitando uma espécie de “democracia participativa” para atingir o que se compartilha como “o direito de acesso a um bem-comum”.

Conclusão

Voltemos à nossa preocupação inicial: como conceituar o discurso político contemporâneo? Pensamos que a nossa pesquisa tem demonstrado que, curiosamente, esta discursividade que se orienta para uma ação sobre a realidade forma-se, sobretudo, a partir de outros domínios que não têm um compromisso com a ação imediata, dentre os quais o mito, a ficção e as –

topias. É verdade que o sujeito comunicante introduz na sua fala tais elementos para a persuasão do outro. Entretanto, não haveria discurso político se o sujeito não pudesse contar com tais elementos. Ou seja, a fala política constrói-se por outras possibilidades de fala. Isso ocorre independentemente da posição (esquerda, direita ou centro) ocupada pelo sujeito comunicante – mesmo que seja possível agir estrategicamente pela palavra. O melhor neste caso é pensar que o sujeito comunicante de direita dá um contorno ao mito, à ficção e às *topias* de acordo com os imaginários dos quais participa e das expectativas que identifica em seu auditório. E os sujeitos de esquerda e de centro diferenciam, se for o caso, pela mobilização de imaginários diferentes. Mas, em ambos os casos, o recurso aos discursos de “outros mundos possíveis” mostra-se como pertinente e de uso corrente.

Por outro lado, chamamos a atenção para uma consequência importante da interação entre as narrativas e a finalidade persuasiva do discurso político. O agenciamento da ficção, pelo sujeito argumentante, ao mesmo tempo em que significa uma economia do raciocínio, pode levar a acordos em que a relação discursiva permanece em aberto, resultando numa espécie de manipulação do sujeito alvo. O problema que se tem, neste caso, é que o processo de adesão faz-se pela introdução da narrativa exemplar e a mobilização de imaginários que escapam à própria razão persuasiva. O problema principal de tal expediente é, pelo que vimos, a manutenção da iniciativa política pelo sujeito comunicante, ficando o sujeito alvo numa atitude contemplativa diante das ações na solução da questão política.

MENEZES, W. A. POLITICAL DISCOURSES, FICTION AND “OTHER POSSIBLE WORLDS”

ABSTRACT: *This paper aims at discussing the constitution of contemporary political discourse in its functions and goals. It will be also considered interrelations between such discourse and the so called “possible other worlds”. The utterance “possible other worlds” invites us to work under two points of view: first as a metaphor compiled from J. Hintikka’s “possible worlds” theory (1973) in order to perceive a political discussiveness concerned to myths, fiction and –topias– (utopia, antiutopia, heterotopia); and second as a metaphor extension of social movements organized around World Social Forum and the slogan which constitutes the idea of “other possible worlds” as economical, social and political alternatives to perceive the features of such political discursive production. The research takes as theoretical framework in Discourse Analysis, Patrick Charaudeau’s Semiolinguistics Theory and Aristotelian Rhetoric which contributes to understand what is subject discursive political competence, treated in multiple structural spaces of political discourse organization.*

Keywords: Contemporary Political Discourse; Political Discourse and Fiction; Political Discourse and Myths; Political Discourse and “topias”.

Referências Bibliográficas

AMOSSY, R. **L'Argumentation dans le discours**. Paris: Nathan, 2000.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1998.

BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 1993.

BOURDIEU, P. **Langage et pouvoir symbolique**. Paris: Éditions du Seuil, 2001.

CHARAUDEAU, P. **Visées discursives, genres situationnels et construction textuelle**. Paris: Centro de Análise do Discurso, 1997.

CHAUÍ, M. H. O mito fundador do Brasil. In: DAGNINO, E. **Anos 90 – Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DORNA, A. Les effets langagiers du discours politique. In: **Argumentation et Rhétorique**. Hermès, 16. Paris: CNRS, 1995.

GUESPIN, L. Analyse du discours politique em France. Acquis et tendances. In: KERBRAT-ORECCHIONI, C. & MOUILLAUD, M. **Le discours politique**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1984.

HINTIKKA, J. **The intention of intentionality**. Dordrecht: D. Deidel, 1973.

JORNAL “Estado de Minas”, Caderno de Política. Edição de 15/12/2002.

JORNAL “Folha de São Paulo”. Várias edições.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. & COSSUTTA, F. Les analyses des discours constituants. In: **Langages**. 117. Paris: Larousse, 1995.

MENEZES, W. A. **Evento, jogo e virtude nas eleições para a presidência do Brasil – 1994 e 1998**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da UFMG. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2004.

MORE, Th. **A utopia**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F. e HAK, T. (orgs) **Por uma Análise Automática do Discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Unicamp, 1990.

PERELMAN, C. & OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da Argumentação**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PLATÃO. **Político**. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

REVISTA Veja. http://veja.abril.uol.com.br/300998/p_036.html Disponível em 20/08/2001.

SADEK, M. T. **O discurso político**. São Paulo: EDUC, 1993.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**. Porto: Afrontamento, 1996.

